



Propostas para o Programa de Governo Participativo do Governo da Bahia apresentadas pelo

Fórum Baiano da Agricultura Familiar

Com base nas Cartas Políticas, debates públicos e reivindicações históricas do Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF), além das contribuições já entregues ao PGP 2026, seguem outras propostas estruturadas para comporem o Programa de Governo Participativo 2026:



1. FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

- Com a ampliação da quantidade de famílias da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais do campo, das águas, das florestas e das periferias urbanas assistidas, considerando-se as características de cada uma delas e dos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Zona Costeira, garantindo-se uma ATER pública, gratuita, Agroecológica, Feminista, Antirracista, Socioetnoambiental, Inclusiva e de forma continuada;
- Com equipes multidisciplinares com agrônomas/os, agroecólogas/os biólogas/os, veterinárias/os, zootecnistas/os, pedagogas/os, educadoras/es, técnicas/as das ciências sociais, ambientais e de TI;
- Quantidade de famílias assistidas por cada técnico, sendo 50 por cada extensionista; e Com ATER específica para:
 - Mulheres rurais;
 - Juventudes do campo;
 - Pessoas idosas;
 - Povos e comunidades tradicionais; e
 - Produção agroecológica, socioetnoambiental e orgânica.

2. POLÍTICA ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Visando a segurança, a autonomia e o empoderamento alimentar e nutricional, por meio:

- Da implementação efetiva do decreto estadual de agroecologia;
- Do estímulo e apoio aos extrativismos socioetnoambientais sustentáveis;
- Do incentivo e apoio à transição agroecológica;
- Da criação de fundos não reembolsáveis, de fomentos e de linhas de crédito diferenciado, com apoio de ATER pública continuada, para a produção sem agrotóxicos, transgênicos e outros insumos e aditivos danosos à saúde humana e ambiental;
- Apoio a feiras agroecológicas e circuitos curtos de comercialização;
- Fortalecimento, ampliação e diversificação de fundos não reembolsáveis, de fomentos e de linhas de crédito diferenciado, com apoio de ATER pública especializada, para o beneficiamento caseiro, as cozinhas comunitárias e as agroindústrias; e
- Estímulo e apoio a certificação participativa para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.

3. INFRAESTRUTURA PARA A SEGURANÇA HÍDRICA E A CONVIVÊNCIA SUSTENTÁVEL

Com as Zonas Úmida, Subúmida seca, Semiárida e Árida:

- Visando a segurança, a autonomia e o empoderamento hídrico, por meio da universalização do acesso à água nas comunidades rurais, nos povoados, nas vilas, nas agrovilas e em aldeias indígenas;
- Com ampliação da quantidade de famílias com cisternas de consumo, de produção e implementar as cisternas do cuidado;
- Ampliação da quantidade de comunidades com o Programa Água Doce
- Recuperação de cisternas de consumo e de produção, de barragens comuns e subterrâneas, de barreiros trincheiras e de outras aguadas;
- Recuperação, instalação e manutenção de poços artesianos, de chafarizes, de bebedouros e de adutoras comunitárias; e
- Ampliação do Programa Comida no Prato, com alimentos adquiridos crescentemente da produção agroecológica e orgânica.

4. COMERCIALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA

- Ampliação das compras públicas da agricultura familiar, para:
 - A alimentação escolar, do ensino básico, médio e EJA, dos institutos e das universidades;
 - Os programas de cestas básicas;
 - Os hospitais, as maternidades, as creches e os abrigos;
 - As cozinhas comunitárias e os restaurantes populares;
 - As forças armadas; e
 - O sistema prisional.
- Fortalecimento e ampliação das diversas modalidades do PAA;
- Requalificação e manutenção das feiras livres;
- Criação de mercados territoriais permanentes;
- Incentivo ao cooperativismo e às agroindústrias familiares e comunitárias;
- Plataforma digital estadual de comercialização; e
- Fortalecimento, ampliação e diversificação de fundos não reembolsáveis, de fomentos e de linhas de crédito diferenciado, com apoio de ATER pública especializada, para a agroindustrialização familiar e comunitária.

5. CRÉDITO FINANCIAMENTO E FOMENTO RURAL

Ampliação e diversificação das modalidades de crédito, de financiamento e de fomento rural, sempre com o apoio de Agentes de Crédito e de ATER pública especializada para a agricultura familiar e os povos e as comunidades tradicionais.

- Ampliação do acesso ao PRONAF, assegurando-se que o PRONAF Mulher e o PRONAF Jovem sejam desvinculados do CPF do companheiro e/ou do pai;
- Fundo estadual de aval solidário;
- Microcrédito simplificado para mulheres e jovens, desvinculados do CPF do companheiro e/ou do pai; e
- Fortalecimento, ampliação e diversificação de fundos não reembolsáveis, de fomentos e de linhas de crédito diferenciado.

6. JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NO CAMPO

Criação do Programa estadual de permanência inclusiva e sustentável da juventude rural.

- Internet de qualidade nas comunidades, escolas rurais e EFAs;
- Ampliação do apoio para as Escolas Famílias Agrícolas;
- Apoio para implantação dos projetos de vida da Juventude Rural a startups rurais e inovação no campo; e
- Criação do Programa de Jovem Aprendiz Rural.

7. MULHERES RURAIS

- Crédito específico para mulheres rurais, inclusive as jovens e as idosas;
- Ampliação da titularidade feminina da terra;
- Rede de proteção social, prevenção e combate à violência no campo;
- Incentivo à produção, ao beneficiamento e à comercialização liderada por mulheres;
- e,
- Criação do Programa de Atenção e Apoio para as Famílias Atípicas do Campo.

8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

- Agilização da regularização fundiária;
- Apoio aos assentamentos e reassentamentos de atingidos por barragens e outras obras;
- Infraestrutura rural:
 - Estradas vicinais;
 - Água de beber, de produção e do cuidado;
 - Saneamento rural descentralizado;
 - Energia; e
 - Internet.
- Garantia de direitos territoriais de povos e de comunidades tradicionais.

9. EDUCAÇÃO DO CAMPO

- Fortalecimento das Escolas da educação básica e das Escolas Famílias Agrícolas;
- Currículo contextualizado para a convivência socioetnoambientalmente sustentável com as Zonas Úmida, Subúmida seca, Semiárida e Árida;
- Expansão do ensino médio e técnico rural;
- Formação técnica voltada à agroecologia, à sustentabilidade e à economia solidária; e
- Transporte escolar adequado, regular e seguro para as áreas rurais.

SÍNTESE POLÍTICA DAS REIVINDICAÇÕES DO FBAF

- O Fórum defende um modelo de desenvolvimento rural baseado em
 - Sustentabilidade socioetnoambiental;
 - Combate à fome;
 - Fortalecimento da agricultura familiar camponesa;
 - Geração de renda no campo;
 - Valorização dos povos e comunidades tradicionais e de seus conhecimentos, de suas espiritualidades, organizações e movimentos; e
 - Soberania, autonomia e empoderamento hídrico, alimentar/nutricional e energético renovável e descentralizado.